

Entidade beneficiária	Quantia em euros
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes.	2 634,61
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio.	6 279,17
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre.	2 994,03
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Murça.	3 372,24
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua.	5 268,01
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Pinhão.	1 383,44
Bombeiros Voluntários de Provesende	745,77
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Ribeira de Pena.	5 222,55
Bombeiros Voluntários de Sabrosa	740,94
Associação dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública - Chaves.	4 310,73
Bombeiros Voluntários de Salto	1 599,57
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mondim de Basto.	7 604,24
Bombeiros Voluntários de St.ª Marta de Penaguião ...	1 498,83
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro.	686,13
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de S. Mamede de Riba Tua.	1 317,91
Corpo de Salvação Pública de Valpaços	4 243,42
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago.	1 576,92
Associação Humanitária dos Bombeiros V. de Vila Real e Cruz Verde.	6 755,13
Associação Humanitária dos Bombeiros de Vila Pouca de Aguiar.	1 082,13
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sanfins do Douro.	6 812,29
Corpo de Salvação Pública de Valpaços	2 832,95
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alijó.	1 936,21
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Peso da Régua.	6 994,79
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes.	3 266,76
Bombeiros Voluntários de Santa Marta de Penaguião	1 652,28
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Murça.	5 574,82
Associação dos Bombeiros Voluntários de Salvação Pública.	4 895,26
Associação Flaviense de Bombeiros Voluntários	9 373,77
Associação Humanitaria Bombeiros V. S. P. Cruz Branca - Vila Real.	5 710,92
Assoc. Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vila Real e Cruz Verde.	4 622,65
Bombeiros Voluntários de Favaiois	533,19
Bombeiros Voluntários de Sabrosa	2 212,62
Bombeiros Voluntários de Salto	2 644,11
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Carrazedo Montenegro.	1 800,07
Bombeiros Voluntários de Provesende	2 212,62
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Pinhão.	2 019,16
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ribeira de Pena.	7 758,98
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio.	2 315,94
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre.	2 196,18
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Mondim de Basto.	2 196,18
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de S. Mamede de Riba Tua.	1 098,09
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cerva.	8 244,40
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas.	2 777,52
Federação dos Bombeiros do Distrito de Vila Real ...	7 478,75
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vidago.	5 000,18
Associação Flaviense de Bombeiros Voluntários	7 580,20

Entidade beneficiária	Quantia em euros
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de V. Pouca de Aguiar.	2 079,31
Bombeiros Voluntários de Salto	6 250,23
Bombeiros Voluntários de Favaiois	1 993,41
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários Ribeira de Pena.	606,90
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas.	1 464,44
Associação Humanitária Bombeiros Voluntários de S. Mamede de Ribatua	732,22
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mesão Frio	313,11
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fontes	360,82
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alijó.	2 196,18
Imperquima Gestão de Resíduos e Ambiente, L.ª	2 885,85
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Montalegre.	1 151,33
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Boticas.	1 730,93
<i>Total</i>	311 783,32

14 de Março de 2007. — A Secretária, *Anabela Fernandes Maganete Pinto*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral do Orçamento

Aviso n.º 6436/2007

Nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 96.º do mesmo diploma, faz-se público que foi distribuída e encontra-se afixada na Direcção de Serviços de Administração, para consulta, a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Direcção-Geral do Orçamento reportada a 31 de Dezembro de 2006.

De acordo com o estipulado no n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, qualquer reclamação à presente lista deve ser apresentada no prazo de 30 dias a contar da data da publicação deste aviso.

15 de Março de 2007. — O Director-Geral, *Luís Morais Sarmento*.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

Aviso n.º 6437/2007

Faz-se público, nos termos do n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, que a lista de antiguidade, com referência a 31 de Dezembro de 2005, respeitante ao pessoal do quadro da Direcção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional se encontra afixada nestes serviços para consulta dos interessados.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do citado diploma, o prazo para reclamação é de 30 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Fevereiro de 2006. — O Director-Geral, *Alberto Rodrigues Coelho*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Aviso (extracto) n.º 6438/2007

No seguimento do processo de privatização do notariado concretizado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro, os funcionários

dos cartórios notariais foram integrados em quadros de pessoal paralelos dos respectivos municípios, nos termos do n.º 1 do artigo 109.º, sendo afectos a serviços externos dos registos por aplicação do disposto no n.º 4 do mesmo preceito ou ficando na situação de licença sem

vencimento para os que optaram pela privatização, ao abrigo do n.º 4 do artigo 107.º ou do n.º 2 do artigo 108.º Assim, publica-se a lista nominativa dos funcionários que optaram pelo regime privado, pertencentes a cartórios notariais privatizados antes da sua opção ou ainda não privatizados e a conservatórias:

Serviço de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Optou pela privatização em:
Cartório Notarial de Águeda (privatizado em 21-06-2005)	Águeda	Teresa Cristina Santos Marques Machado	Escriturário	31-01-2007 (a)
Cartório Notarial de Alcanena (ainda não privatizado)	Alcanena	Fernando Manuel Oliveira Nunes	1º Ajudante	31-01-2007 (a)
1º Cartório Notarial de Competência Especializada de Aveiro (ainda não privatizado)	Aveiro	Carmencita Jesus Lopes Figueiredo	2º Ajudante	06-12-2006 (b)
1º Cartório Notarial de Competência Especializada de Lisboa (ainda não privatizado)	Lisboa	Ana Cristina Pires Caetano	2º Ajudante	12-01-2007 (a)
		Ruben Miguel Fonseca Ferreira	Escriturário	22-01-2007 (a)
Cartório Notarial de Óbidos (ainda não privatizado)	Óbidos	Susana Maria Jesus Silva Ribeiro	2º Ajudante	11-01-2007 (b)
Cartório Notarial de Olhão (privatizado em 11-11-2005)	Olhão	Élia Maria Sousa Costa Gonçalves	2º Ajudante	31-01-2007 (a)
Cartório Notarial do Centro de Formalidades de Empresas do Porto (ainda não privatizado)	Porto	José Idalécio Fernandes	1º Ajudante	06-12-2006 (b)
1º Cartório Notarial de Povoia de Varzim (privatizado em 11-11-2005)	Povoia de Varzim	Manuel Passos Pereira Ferreira	2º Ajudante	23-11-2006 (a)
Cartório Notarial de Proença-a-Nova (ainda não privatizado)	Proença-a-Nova	Maria Helena Teixeira Marques Xavier	2º Ajudante	31-01-2007 (a)
2º Cartório Notarial de Setúbal	Setúbal	Maria Aureolinda Matias Neves Cortes	2º Ajudante	21-12-2006 (a)
Cartório Notarial de Silves (privatizado em 20-05-2005)	Silves	Maria Rita Moreira Matias	Escriturário Superior	12-01-2007 (a)
Conservatória do Registo Civil de Albufeira	—	Luis Miguel Gonçalves Rodrigues Valente	Conservador	24-05-2005 (b)
Conservatória do Registo Civil de Bragança	—	Edgar Angelo Gonçalves Maia Santos	Conservador	20-05-2005 (b)
CPN de Calheta	—	Maria José Gonçalves Maximino	Conservadora	07-12-2005 (b)
Conservatória do Registo Comercial de Cascais	—	Ivone Maria Vieira Xavier Botelho Antunes	1º Ajudante	15-02-2005 (b)

7 de Fevereiro de 2007. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 6784/2007

Por despacho de 12 de Março de 2007 do director nacional da Polícia Judiciária, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, no n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e nas demais disposições legais aplicáveis, foi delegada no coordenador superior de investigação criminal do Departamento de Investigação Criminal de Aveiro, licenciado Teófilo Américo Santiago, a competência para a prática dos seguintes actos, no âmbito do respectivo serviço:

- 1) Conferir posse e assinar termos de aceitação;
- 2) Justificar e injustificar faltas;
- 3) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual;
- 4) Autorizar deslocações em serviço;

5) Autorizar a atribuição dos abonos e regalias a que os funcionários ou agentes tenham direito, nos termos da lei;

6) Adoptar os horários de trabalho mais adequados ao funcionamento dos serviços, determinar os regimes de prestação de trabalho e autorizar os horários de trabalho específicos, observados os condicionamentos legais;

7) Promover a verificação domiciliária da doença, nos termos dos artigos 33.º a 35.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

8) Promover a submissão dos funcionários e agentes a junta médica da ADSE, nos termos dos artigos 36.º e 37.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

9) Conceder o estatuto de trabalhador-estudante e autorizar o gozo dos direitos e regalias inerentes a esse estatuto, nos termos do Código do Trabalho (artigos 79.º a 83.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, e 147.º a 156.º da Lei n.º 35/2004, de 29 de Julho);

10) Autorizar o abono antecipado de ajudas de custo;

11) Autorizar despesas de representação da Polícia Judiciária até ao valor de € 100, no máximo mensal de € 500.